PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

62 anos

Prefeito(a) Municipal

Alcedir Felchilcher

Vice-Prefeito(a)

João Paulo Terci

Secretário(a) Municipal de Saúde

Paulo Renato Moraes

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Orlando Baldo

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Joares Lidani

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Fabiana Hoeltgebaum

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Fernando André Manenti

2023

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	05/09/2023	Aprovação na CIR	Fernando André Manenti
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano

Local	Responsável	N° do Processo
Secretaria Municipal de Saúde	Paulo Renato Moraes	
Secretaria de Industria e Comércio (Midias Sociais)	Secretaria de Industria e Comércio	
Secretaria de Infraestrutura	Joares Lidani	
Conselho Municipal de Saúde	Juliana Serighelli	
Vigilância Sanitária	Ferrnando André Manenti	

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Paulo Renato Moares		49-35356416
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal Sanitarista)	Fernando André Manenti	fermanenti@gmail.com	49-35356408
Diretora de Atenção Integral a Saúde	Juliana Serighelli	juserighelli@gmail.com	49-35356407

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Fernando André Manenti
II. Juliana Serighelli
Colaboradores
I.
II.
Revisores
I.

Sumário

1. Objetivos 5
1.1 Objetivo Geral 5
1.2 Objetivos Específicos 5
2. Marco legal e normativo 6
3. Caracterização do Município 9
3. 1 Aspectos Socioeconômicos 9
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 11
3.3 Atividades Econômicas 11
3.4 Características físicas 12
3.4.1 Clima 12
3.4.2 Pluviometria 12
3.4.3 Pedologia 13
3.4.3.1 Áreas de Riscos 14
3.5 Hidrografia 16
3.6 Saúde 17
3.6.1 Rede de Atenção a Saúde 18
3.7 Assistência Social 21
3.8 Segurança 22
3.9 Obras 22
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 22
5. Gestão de Risco em Desastres 23
5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE. 25
5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Chuvas Intensas, Enxurradas e Vendaval 25
5.2.1 Redução de riscos 26
5.2.2 Resposta 30
5.2.3 Recuperação 34
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 35
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 35
6.2 Sala de situação 35
7. Informações à população 37
8. Capacitações 37
9. Referências 38
Anexos 39
Anexo I - Lista de equipamentos e máquinas 39
Anexo II - Contatos interinstitucionais 40

Apresentação

O Plano de Preparação e Resposta às Emergências em Saúde Pública foi desenvolvido para descrever atribuições, responsabilidades e ações do setor saúde para redução de riscos, resposta e recuperação de danos resultantes desses desastres. Está em consonância com o Plano de Contingência da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil e dos preceitos dos Planos de Contingência da área de Saúde para Resposta a Emergência por Desastres.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Estruturar as ações do VIGIDESASTRES no município de Arroio Trinta com vistas a fomentar as estratégias coordenadas de atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) em nível interinstitucional e Inter setorial em resposta às Emergências em Saúde Pública (ESP) e de seus desdobramentos.

1.2 Objetivos Específicos

- Garantir a remoção da população atingida do local afetado;
- Garantir assistência médica à população atingida;
- Intensificar e implementar as ações de Vigilância em Saúde;
- Intensificar a intersetorialidade do setor de saúde com as outras secretarias da prefeitura.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei n° 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria n° 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei n° 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria n° 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto n° 7.616 (2011): "Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS".
- Portaria n° 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto n°7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto n° 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei n° 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC

e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- Decreto n° 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".
- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".
- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".
- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".

- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta Nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.
- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- PORTARIA Nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

3. Caracterização do Município

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Arroio Trinta, inicialmente inabitado, tinha o nome de Encruzilhada, porque ali cruzavam dois caminhos utilizados como trilhas pelos tropeiros. Em 1923 algumas famílias de agricultores de origem italiana tomaram o rumo da região Meio Oeste Catarinense, vindos principalmente de Treviso, Distrito de Urussanga, no Sul do Estado de Santa Catarina com direção à então Encruzilhada. O nome Arroio Trinta surgiu posteriormente, a origem deste nome se dá pelo fato de "Arroio" significar “Rio pequeno, riacho” e a busca pelo alimento base dessa população inicial envolvia o cruzamento de um arroio por trinta vezes. O alimento básico dos colonos era a polenta, cuja base era o milho e a moagem de milho mais próxima ficava há 18 quilômetros, na comunidade de Bom Sucesso. Esse percurso era feito a pé ou a cavalo, composto por muitas curvas era necessário cruzar um pequeno arroio, que corta o atual centro da cidade e desagua no Rio São Bento, por trinta vezes. Justificando assim o nome Arroio Trinta. Com 3.500 habitantes, o município inclui o idioma italiano na sua rede escolar e é conhecido pela preservação da cultura italiana, sendo reconhecido como "Capital Catarinense da Cultura Italiana" (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, 2023).

A criação do município de Arroio Trinta deu-se a partir da Lei Estadual nº 783 de 15 de dezembro de 1961, que foi formado por territórios que antes integravam Videira, Iomerê e Anta Gorda (ALESC, 2015).

O município está localizado no meio oeste do estado de Santa Catarina, na Microrregião de Joaçaba, integrante da Associação dos Municípios do Alto Vale Rio do Peixe (AMARP). Arroio Trinta fica a 457 km da capital do estado, Florianópolis. Segundo estimativa do IBGE (2021) o município apresenta extensão territorial de 93,530 km². Seus municípios limítrofes são: Salto Veloso, Iomerê, Videira, Macieira e Treze Tílias. De acordo com a caracterização regional, Arroio Trinta pertence à Região de Videira. O acesso principal se dá a partir de Rodovia SC 453, partindo-se do município polo de Videira, apresentando coordenadas de Latitude 26,93º e Longitude 51,33º. A Figura 01 apresenta a localização do município de Arroio Trinta (destacado na cor amarela). Já a figura 02 apresenta o mapa municipal estatístico do município de Arroio Trinta.

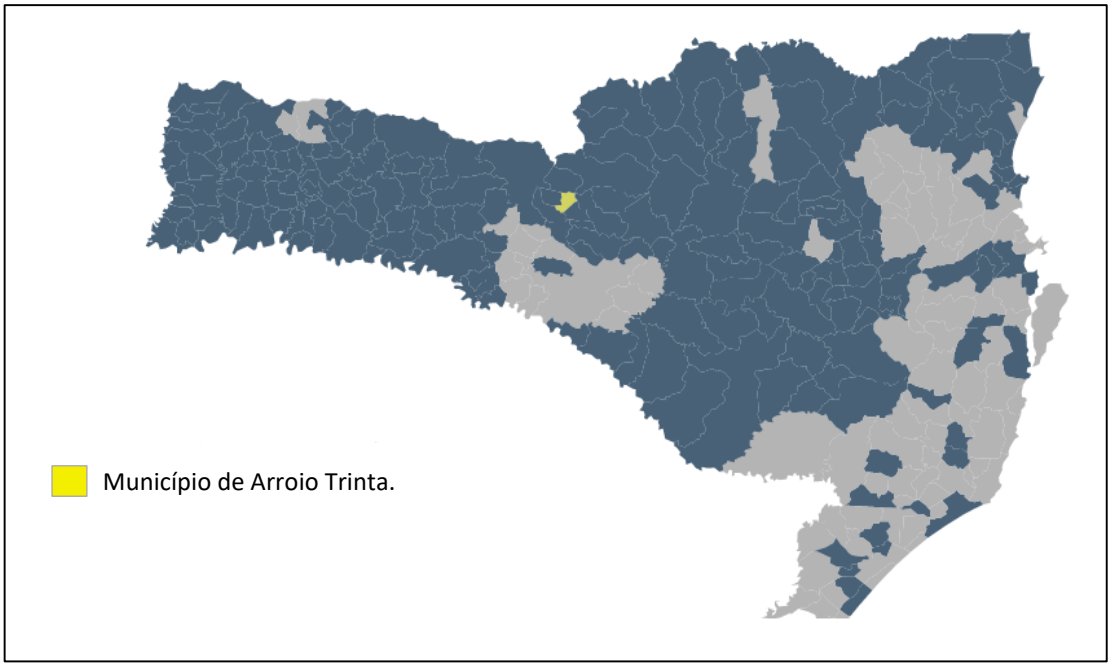

Figura 01 - Localização do município de Arroio Trinta.

Fonte: Aris – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento.

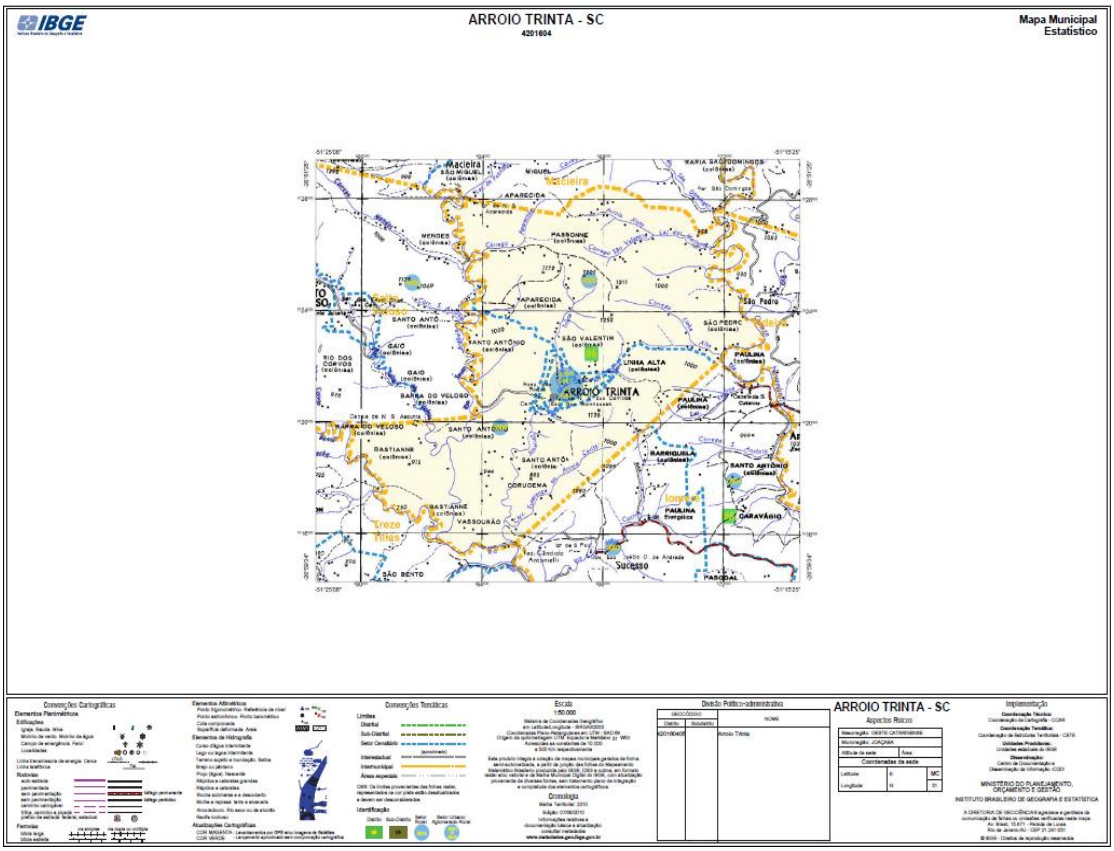

Figura 02 – Mapa Estatístico do município de Arroio Trinta.

Disponível em:

https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/sc/arroio_trinta_v2.pdf

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O município de Arroio Trinta apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,764, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). A Figura a seguir demonstra a evolução do IDH do município.

Figura 03 – IDH do município de Arroio Trinta – SC
Fonte: IBGE (2023).
Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/arroio-trinta.html

3.3 Atividades Econômicas

Em relação à economia do município, as principais atividades socioeconômicas compreendem setores primário, secundário e terciário. Segundo o IBGE, em 2020, o município alcançou um PIB (Produto Interno Bruto) per capita de R$ 31.290,10. O setor agropecuário possui destaque para suinocultura e a fruticultura com produção de pêssegos e frutas de clima temperado. A produção de milho e a suinocultura representam a maior fonte de renda para os agricultores. Além disso, Arroio Trinta possui indústrias de estofados, móveis, confecções, reciclagem (plástico), embutidos de suínos, espuma e colchões, produtos de limpeza pesada, artefatos de vime e artefatos de cimento. O segmento mais representativo, em número de empresas, é o de prestação de serviços, seguido pelo comércio (SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL - SDS, 2011).

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no ano de 2020, o salário médio mensal era de 2.1 salários-mínimos. A

proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27,4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 150 de 295 e 136 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1.571 de 5.570 e 681 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 23,2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 239 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5.398 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

De acordo com a classificação climática de Köeppen o estado de Santa Catarina abrange dois tipos climáticos distintos, o Cfa (clima subtropical) e o Cfb (clima temperado). O município de Arroio Trinta está classificado como Cfb – temperado mesotérmico úmido com verão ameno. A temperatura média anual varia entre 16ºC a 17ºC.

3.4.2 Pluviometria

Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e o Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina (2003), a precipitação média anual no município de Arroio Trinta varia entre 1.300 a 1.500 mm e a máxima em 24 horas é de 120 mm. A umidade média relativa do ar varia entre 78 a 80%. O gráfico a seguir representa a precipitação media de janeiro a dezembro nos últimos 30 anos.

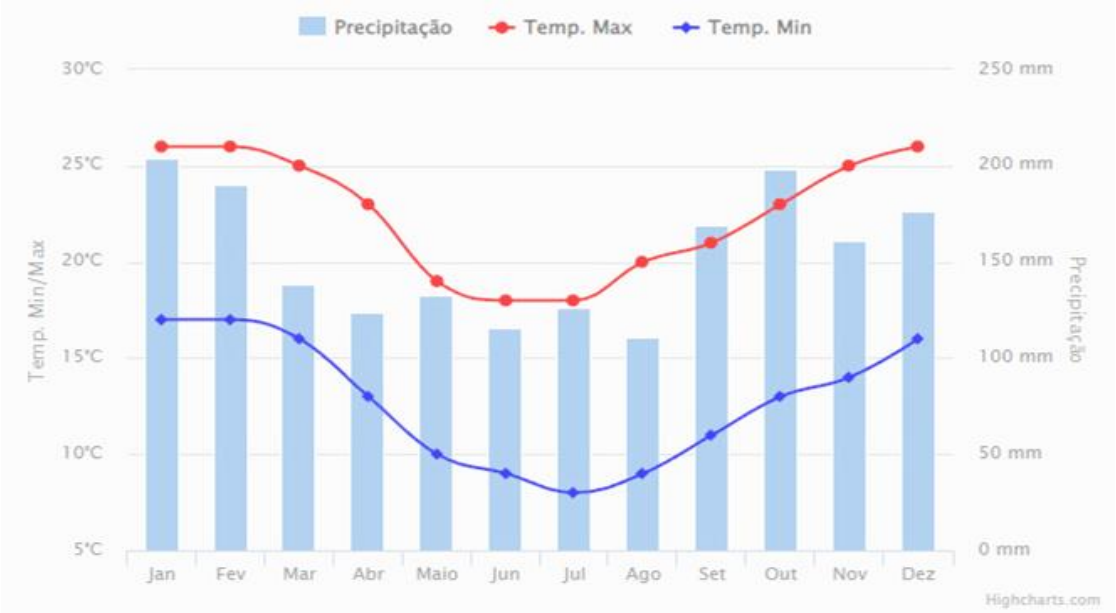

Figura 04 – Gráfico precipitação e temperatura média dos últimos 30 anos do município de Arroio Trinta.

Disponível em: https://www.climatempo.com.br/climatologia/4554/arroiotrinta-sc

3.4.3 Pedologia

A geologia do estado de Santa Catarina pode ser dividida basicamente entre embasamento, encontrado em todo o planalto litorâneo do estado e Bacia Sedimentar do Paraná cobrindo todo o restante. O embasamento ou escudo, formado por rochas magmáticas e metamórficas mais antigas que 570 milhões de anos, é recoberto pelas rochas vulcânicas e sedimentares paleozóicas e mesozóicas que constituem a Bacia do Paraná. Esta cobertura foi posteriormente erodida, devido ao surgimento da crosta continental a leste, expondo o embasamento.

De leste para oeste, afloram hoje no território catarinense os sedimentos recentes do litoral, uma faixa de rochas magmáticas e metamórficas mais antigas, a sucessão das rochas sedimentares gondwânicas e os derrames de lavas básicas, intermediárias e ácidas da Formação Serra Geral (SANTA CATARINA, 2007 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

O município de Arroio Trinta localiza-se em terrenos constituídos por uma seqüência vulcânica de rochas Juro-Cretáceas, com idades entre 65 e 135 milhões de anos, pertencentes à Formação Serra Geral, Grupo São Bento, que é uma das formações que compõem a Bacia do Paraná e depósitos sedimentares quaternários, derivados do

intemperismo das rochas vulcânicas. A formação Serra Geral ocupa pouco mais de 50% da área do território catarinense. Constitui-se por uma seqüência vulcânica, compreendendo desde rochas de composição básica até rochas com elevado teor de sílica e baixos teores de ferro e magnésio. A seqüência básica ocupa a maior parte do planalto catarinense, sendo constituída, predominantemente, por basaltos e andesitos (SANTA CATARINA, 2007 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

O município é compreendido na chamada Zona Basáltica do Planalto ocidental, verificando-se a ocorrência de afloramentos rochosos e de matacões. O basalto tem como material de origem o magma e é uma rocha ígnea. Também conhecida como rocha magmática. Elas são formadas pela solidificação (cristalização) do magma SCHUMACHER *et al.*, 1999 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

O município de Arroio Trinta está localizado na unidade geomorfológica Campos Gerais. Este apresenta-se distribuído em blocos de relevos isolados pela Unidade Geomorfológica Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai. Sua área é de 101,8 km².

3.4.3.1 Áreas de Riscos

Para determinação das áras de riscos utilizou-se dados do relatório do Ministério de Minas e Energia, afim de determinar quais locais estão mais suscetíveis a dasastres naturais no município. Conforme metodologia apresentada, levantou-se informações prévias sobre as características geológicas do município, histórico de ocorrência de desastres naturais, feições indicativas de instabilização de taludes e encostas. Numa segunda etapa do trabalho foram realizadas atividades de campo nas áreas onde, segundo a defesa civil municipal, houveram ocorrência de desastres naturais ou naquelas áreas onde existem situações de risco.

De acordo com a classificação proposta pelo Ministério das Cidades e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2004 e 2007), o grau de risco é determinado conforme a existência de alguns indícios, podendo variar de risco baixo (R1) até risco muito alto (R4). Entretanto, por se tratar de uma ação emergencial, somente setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados em campo. A seguir estão descritas a classificação, bem como o graude risco referentes a enchentes e inundações.

Quadro 01 – Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações (Ministério das Cidades e Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2004).

Grau de risco	Descrição
R1 Baixo	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com baixo potencial de causar danos. Baixa frequência de ocorrência (sem registros de ocorrências nos últimos cinco anos).
R2 Médio	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com médio potencial de causar danos. Média frequência de ocorrência (registro de uma ocorrência significativa nos últimos cinco anos).
R3 Alto	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com alto potencial de causar danos. Média frequência de ocorrência (registro de uma ocorrência significativa nos últimos cinco anos) e envolvendo moradias de alta vulnerabilidade.
R4 Muito Alto	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com alto potencial de causar danos. Alta frequência de ocorrência (pelo menos três eventos significativos em cinco anos) e envolvendo moradias com alta vulnerabilidade.

Fonte: Ministério de Minas e Energia.

Com bases nessas informações e após vistoria, foi possível diagnosticar que as áreas vistoriadas nesta etapa, não apresentaram riscos Alto ou Muito Alto a processos de movimentos de massa, enchentes ou inundações, não sendo, portanto, delimitados setores de risco, conforme o escopo deste estudo. Entretanto, existem no município áreas com grau de risco baixo e/ou médio, que não tem relatos de transtornos a moradores, mas demandam atenção, sendo que estas áreas, apresentam risco à eventos de processos hidrológicos. A figura a seguir demostra o mapa de uso do solo do município de Arroio Trinta.

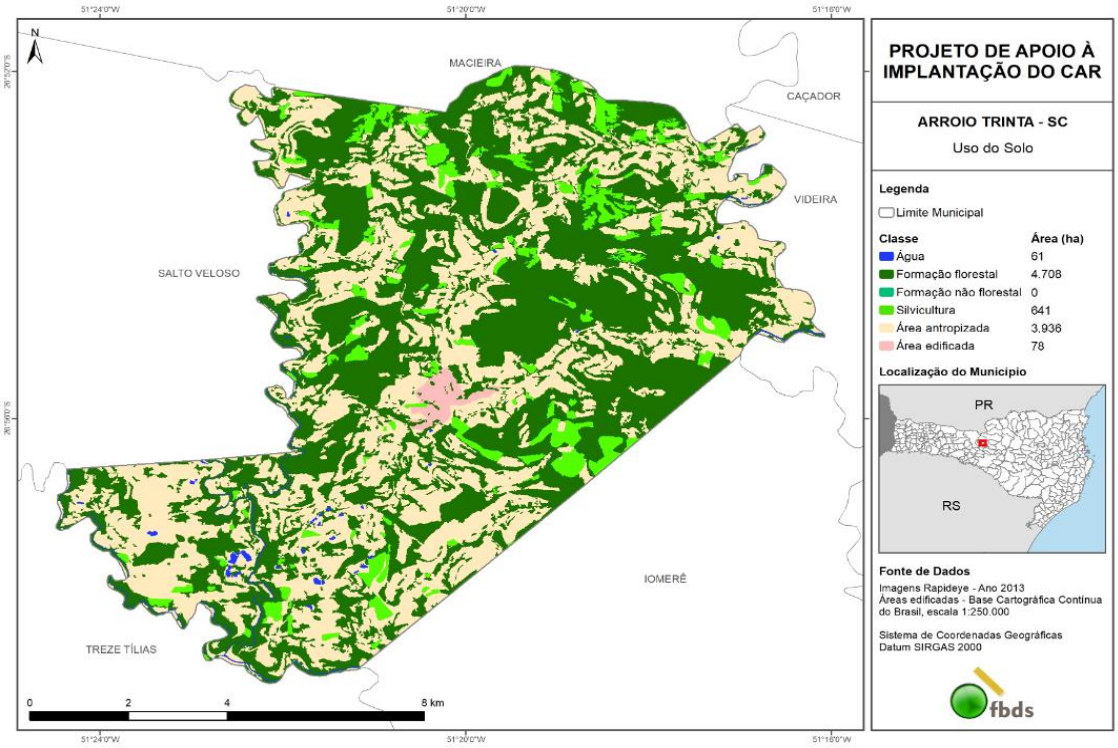

Figura 06 – Mapa de uso de solo do município de Arroio Tinta.
Disponível em:
https://geo.fbds.org.br/SC/ARROIO_TRINTA/MAPAS/SC_4201604_USO_DO_SOLO.jpg

3.5 Hidrografia

Dentre as dez regiões hidrográficas (RH1 -Extremo Oeste, RH2 - Meio Oeste, RH3 - Vale do Rio do Peixe, RH4 - Planalto de Lages, RH5 - Planalto de Canoinhas, RH6 - Baixada Norte, RH7 - Vale do Itajaí, RH8 - Litoral Centro, RH9 - Sul Catarinense e RH10 - Extremo Sul Catarinense) que compõem as regiões hidrográficas do estado de Santa Catarina, o município de Arroio Trinta está inserido em RH3. A região hidrográfica RH3 – Vale do Rio de Peixe contempla 2 Bacias Hidrográficas: A Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e a Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe.

O município de Arroio Trinta encontra-se localizado na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe. Com uma área de drenagem de 5.123 km² e uma vazão média de 110 m³/s. A Bacia do Peixe nasce na Serra do Espigão (município de Matos Costa) e possui uma extensão de 290 km até sua desembocadura junto ao rio Uruguai. Seus principais afluentes são os rios do Bugre, Quinze de Novembro, São Bento, Estreito, Tigre, Pato Roxo e Pinheiro, pela margem direita; e os rios Cerro Azul, das Pedras, Castelhano, Caçador, Bonito, Veado e Leão, pela margem esquerda. A bacia do rio do Peixe drena

22 municípios antes de desaguar no rio Uruguai. (SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL - SDS, 2011).

Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (2010), os principais rios que cortam o município de Arroio Trinta é o Rio Santo Antonio. As microbacias existentes são a do Rio Santo Antônio, Rio Quinze de novembro, Córrego Linha Alta, Lageado Biríba e Rio São Bento, conforme dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS/SC.

A figura 05 a seguir apresenta o mapa da hidrografia do município de Arroio Trinta.

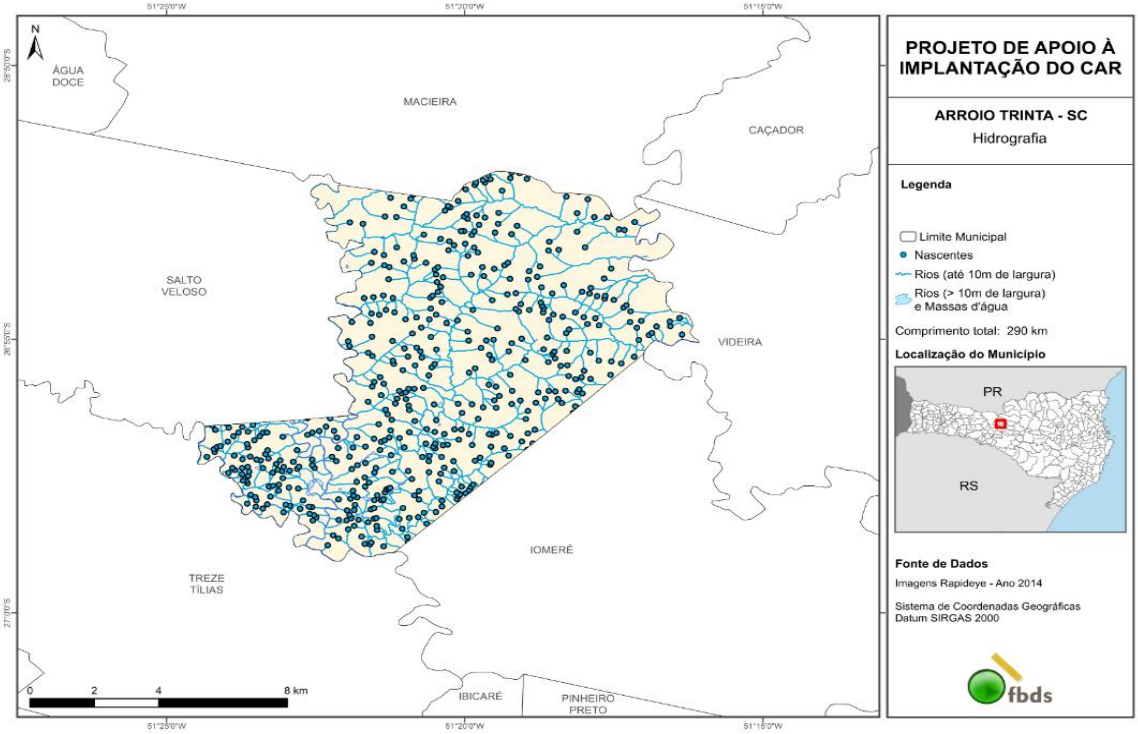

Figura 05 - Mapa da hidrografia do município de Arroio Trinta.
Fonte: FBDS (2014).
Disponível em:
https://geo.fbds.org.br/SC/ARROIO_TRINTA/MAPAS/SC_4201604_HIDROGRAFIA.jpg

3.6 Saúde

De acordo com o Plano Municipal de Saúde de Arroio Trinta, as ações da secretaria de saúde possuem objetivos factíveis de serem executados, sendo assim a gestão se compromete com a viabilização de ações previstas de acordo com os recursos disponíveis e por meio de demandas objetivas, parametrizadas e com sustentação orçamentária, viabilizando viabilizar a inserção no plano dos desejos dos cidadãos e da

Gestão Municipal de Saúde para os serviços de saúde no município de forma exequível, com a contribuição dos parceiros e participação social, promovendo cuidado eficiente, oportuno, com equidade para a população residente.

3.6.1 Rede de Atenção a Saúde

Atenção Básica

A Atenção Básica é conhecida como a porta de entrada principal e ordenadora do Sistema Único de Saúde, caracterizada por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde, atuando mos princípios da Universalidade, Equidade e da Integralidade.

No município de Arroio Trinta a Atenção Básica é composta por uma Unidade de Saúde da Família (USF) sendo desenvolvida pela equipe da Estratégia Saúde da Família e equipe multiprofissional.

Rede de Urgência e Emergência

A Rede de Atenção às Urgências e Emergências visa articular e integrar todos os equipamentos de saúde para ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência/emergência nos serviços de saúde de forma ágil e oportuna.

Para a atenção às urgências e emergências o município de Arroio Trinta conta com os serviços ofertados pelo Hospital Beneficente São Roque caracterizado como Hospital Geral, que presta serviços de saúde de baixa complexidade à população residente no município. Os casos de internações, ou situações de urgência e emergência de Média e Alta Complexidade são encaminhados à Rede de Atenção Hospitalar da Região e do Estado de Santa Catarina.

No município há outros serviços de apoio como, Laboratório de Análises Clínicas e Farmácias.

Rede de Atenção Psicossocial

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas. A Rede integra o Sistema Único de Saúde (SUS). A Rede é composta por serviços e equipamentos variados, tais como: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UA), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

O município de Arroio Trinta conta com os serviços de referência da Macrorregião que são reguladas pelo Sistema de Regulação do Estado (SISREG) para garantia de acesso às pessoas com transtornos Mentais.

Atenção Especializada

A Atenção Especializada consiste no conjunto de conhecimentos, ações, práticas e técnicas assistenciais articuladas a partir de processos de trabalho de maior densidade tecnológica tecnológica. A diferença fundamental está no fato de que, na Rede de Atenção à Saúde, há comunicação e interdependência entre os diversos componentes e há coordenação que é exercitada pela Atenção Básica.

No município de Arroio Trinta a Atenção Básica é a coordenadora do acesso aos serviços especializados nas mais diversas especialidades, sendo garantido à população através das Pactuações da Programação Pactuada e Integrada Ambulatorial e Hospitalar, Consórcio Intermunicipal de Saúde e também por credenciamento de prestadores de serviços, em casos de especialidades não disponíveis ou insuficientes para atendimento à população.

Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica tem caráter sistêmico, multidisciplinar e envolve o acesso a todos os medicamentos considerados essenciais. Na Política Nacional de Medicamento é definida como: Grupo de atividades relacionadas com o medicamento, destinadas a apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade. A Assistência

Farmacêutica se divide em três componentes: Componente Básico, Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica e Componente Especializado.

No município de Arroio Trinta a Assistência Farmacêutica Básica é garantida através da atualização constante da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos e nos casos de medicamentos dos Componentes Estratégicos e Componente Especializado são garantidos conforme a legislação vigente.

Vigilância em Saúde

A Vigilância em Saúde constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças.

Os componentes são: a vigilância e controle das doenças transmissíveis, a vigilância das doenças e agravos não transmissíveis, a vigilância da situação de saúde, vigilância ambiental em saúde, vigilância da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária.

Gestão dos Recursos Humanos na Secretaria Municipal de Saúde

À medida que os serviços estão sendo ampliados e ou implementados, é necessário poder contar com recursos humanos suficientes e qualificados. A Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir a assistência qualificada e em tempo oportuno à população do município, busca constantemente a adequação da carga horária dos profissionais conforme padrões da Estratégia Saúde da Família.

Os profissionais que fazem parte do quadro de recursos humanos são, na sua maioria concursados, ou contratados por Processo Seletivo, com exceção de alguns casos de contratação emergencial para suprir necessidades urgentes. Mesmo assim, estão previstos realização de concursos públicos para contratação de profissionais nos vários setores de Secretaria Municipal de Saúde.

3.7 Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social é responsável pela gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, que é a política de proteção às pessoas, às circunstâncias e dentre elas, o seu principal núcleo de apoio: a família, sendo assim necessário realizar um trabalho voltado a este cuidado, apresentando sempre todas as orientações possíveis para que para neste núcleo familiar nunca falte todas as orientações necessárias para garantia de seus direitos.

A Política Municipal de Assistência Social do município de Arroio Trinta SC executa atendimentos, encaminhamentos e principalmente benefícios eventuais (alimentação, auxílio funeral, entre outros).

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é a porta de entrada de toda demanda da política de Assistência Social e conforme a problemática é encaminhada para o setor responsável. Os programas que são desenvolvidos no CRAS são:

SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) tem por foco a constituição do espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das pessoas, a partir dos interesses, demandas e potencialidades desta faixa etária, precisamos proporcionar momentos de alegria.

PAIF (Programa Atenção Integral as Famílias) onde a equipe (assistente social e psicólogo) acompanha as famílias no domicilio, levando orientação, acompanhamento e encaminhamentos.

A Secretaria de Assistência Social está instalada na rua XV de novembro, anexa a câmara municipal de vereadores, tendo os seguintes setores e responsáveis:

Setor	Responsável	Contato
Secretaria de Assistencia Social	Fabiana Hoeltegbaum	49-3535-6028 / 49-9.9914-9519
Coosdenadoria do CRAS e Assistência Social	Franciele Aparecida Moratelli	49-35356021 / 49-9.9925-7911
Gestão e Assistência Social	Manuel Wanderlei de Moraes	49-35356010 / 49-9.9952-9864

3.8 Segurança

A seguir estão descritos os órgãos de segurança que trabalham para a garantia da Segurança Pública, assim como, o nome do (s) responsável (is), o (s) cargo (s) e os contatos.

Orgão	Responsável	Contato
Policia Militar de Santa Catarina	3º Sargento Leonardo Rambusch da Silva	49-9-9860-4918
Policia Civil	Márcia Jungues	49-9-8841-9270

3.9 Obras

As obras de infraestrutura são realizadas pelo município através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e possui sua localização, bem como seus responsáveis conforme quadro abaixo:

SECRETARIA	OBRAS E INFRAESTRUTURA	Contato
Localização	Rua Francisco Nava, centro	49-9.9913-2536
Responsável	Joarez Lidadi	49-9.9913-2536
Responsável	Nestor Mózena	49-9.9904-7416

O Setor conta com frota própria de máquina e equipamentos. A lista das máquina e equipamentos estão descritas conforme o anexo I.

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

De acordo com histórico, o município de Arroio Trinta não tem demonstrado desastres em grandes proporções, uma vez que conforme registro de decretos o município tem apresentado ao longo dos anos, eventos relacionados tão somente a enxurradas e chuvas torrenciais, sendo assim, não há relatos ou muitos registros de desastres. A figura a seguir demonstra os registros dos últimos eventos relacionados a efeitos meteorológicos e hidrológicos no município.

Figura 04. Registro de Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos anos

Registro	UF	Município	Desastre	Tipo
2020	SC	Arroio Trinta	Doenças infecciosas virais	Biológico
2021	SC	Arroio Trinta	Doenças infecciosas virais	Biológico
2019	SC	Arroio Trinta	Enxurradas	Hidrológico
2022	SC	Arroio Trinta	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas	Meteorológico
2020	SC	Arroio Trinta	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico

Figura 07 – Registro de eventos climatológico em Arroio Trinta.
Fonte: PowerBI (2023).
Disponível em:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzA1YjY5ZmUtZWNjNS00ODYzLTgwN2YtMjQ3NDg1MGE5OGY1IiwidCI6IjlhNTU0YWQzLWI1MmItNDg2Mi1hMzZmLTg0ZDg5MWU1YzcwNSJ9&pageName=ReportSectioncb1d05717bd1e3030a04

5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres conforme (Quadro 02).

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é Fernando André Manenti, Fiscal de Vigilância Sanitária e Meio Ambiente devidamente alocado na Vigilância Sanitária.

O quadro a seguir demonstra a caracterização da gestão do risco em desastres.

Quadro 02. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.

Etapa	Fase	Objetivo
Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS.

Atribuições e responsabilidades da Secretaria Municipal da Saúde

A missão da Secretaria Municipal de Saúde é administrar os recursos humanos e materiais de toda a rede de atenção à saúde, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e equidade consagrados no SUS, zelando principalmente pelo respeito à vida e humanização do atendimento.

Cabe também à Secretária Municipal de Saúde o gerenciamento dos Serviços de Vigilância à Saúde, que engloba a Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária, que em conjunto buscam soluções de caráter preventivo para evitar doenças e agravos à saúde coletiva.

5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE.

Quadro 03 – Classificação do desastre.

Código	**Definição**
1.2.2.0.0	**Enxurrada -** Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo
1.3.2.1.4	**Chuvas Intensas -** São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).
1.3.2.1.5	**Vendaval -** Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.

Fonte: http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf

5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Chuvas Intensas, Enxurradas e Vendaval

A seguir apresentam-se as ações a serem desenvolvidas na gestão de risco. As ações devem garantir a população a segurança nos seguintes itens:

ações devem garantir a população a segurança nos seguintes itens:

- Água potável e segura
- Acesso adequado ao saneamento
- Imunizantes
- Segurança alimentar
- Abrigos e a segurança sanitária desses locais
- Serviços clínicos

5.2.1 Redução de riscos

Quadro 04 – Redução de Riscos

Redução de riscos	**Ações** **ENXURRADAS, CHUVAS INTENSAS E VENDAVAL**	**Coordenadores/Responsáveis**
Prevenção	Identificar, monitorar e mapear as áreas de risco, as ameaças, as suscetibilidades e as populações vulneráveis aos desastres naturais.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (WhatsApp do município, rádio, meios eletrônicos em geral).	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Setor de Comunicação
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)

Redução de riscos	Ações ENXURRADAS, CHUVAS INTENSAS E VENDAVAL	Coordenadores/Responsáveis
	Educação em saúde na forma de orientação à população em prevenção de doenças transmitidas pela água e o cuidado da mesma para consumo humano (preparo de alimento, higiene pessoal e ingestão).	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Juliana Serighelli
	Educação continuada na forma de orientação sobre a Dengue quanto a necessidade dos cuidados com a água parada após período de chuvas.	Agentes de Endemias Thaise Serighelli
	Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de seu órgão com responsabilidade pela implementação do plano.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados, com atualização mínima de 2 anos.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas descritas no seu plano.	Secretário de Saúde Setor de Comunicação

Redução de riscos	Ações ENXURRADAS, CHUVAS INTENSAS E VENDAVAL	Coordenadores/Responsáveis
	Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais a fim de prover meios para a garantia da continuidade das atividades sob sua responsabilidades, incluindo o revezamento dos responsáveis pela execução do plano.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
Mitigação	Fiscalização da qualidade da água retirada de fontes alternativas de abastecimento e destinada ao consumo da população - VIGIAGUA.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Produzir e divulgar documentos técnicos referente a ocorrência e forma adequada da utilização de produtos (Hipoclorito de sódio 2,5%)	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Fiscalização em pontos estratégicos já definidos no programa da Dengue quanto ao acumulo de água parada após chuvas intensas.	Agentes de Endemias Thaise Serighelli
	Monitorar a situação epidemiológica de doenças transmissíveis	Vigilância Epidemiológica

Redução de riscos	Ações ENXURRADAS, CHUVAS INTENSAS E VENDAVAL	Coordenadores/Responsáveis
	relacionadas à inundação e outros agravos (ex: acidentes por animais peçonhentos	
Preparação	Adoção de medidas que facilitem a tomada de decisão das instituições visando à redução do risco.	Secretário de Saúde Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Elaboração da Avaliação de Impacto do desastre natural na saúde humana.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Vigilância em Saúde: Estabelecer diretrizes e orientar as ações de imunização.	Vigilância Epidemiológica Sala de Vacinas
	Analisar dados, monitorar ameaças ou perigos e definir a forma de comunicação a população.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Setor de Comunicação
	Realizar atividades de educação e comunicação, com vistas à prevenção e controle da dengue pela população.	Vigilância Epidemiológica Agentes de Endemias Thaise Serighelli
	Divulgar informativos, boletins e notas técnicas no site da prefeitura.	Setor de Comunicação

Redução de riscos	Ações ENXURRADAS, CHUVAS INTENSAS E VENDAVAL	Coordenadores/Responsáveis
	Articular com a SES a distribuição de materiais educativos (cartilhas e folders).	Secretário de Saúde

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Quadro 05 – Nível de Resposta

Níveis de resposta	Ações em ENXURRADAS, CHUVAS INTENSAS E VENDAVAL	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESPIL enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Coordenar os sistemas de atenção às vítimas.	Secretário de Saúde
	Gerenciar as ações de saúde ambiental e controle da dengue.	Agentes de Endemias Thaise Serighelli
	Participar de reuniões, providenciando recursos, acompanhando a execução das ações e preparando informações à comunidade sobre as atividades a serem desenvolvidas.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Agentes de Endemias

Intensificação de atividades de controle vetorial devem ser intensificadas, com a realização de mutirões e forças tarefas, para eliminação, adequação e tratamento químico focal nos locais com a presença do *Aedes aegypti*.	Thaise Serighelli Agente de Endemias Agentes Comunitários de Saúde
Acionar as Coordenações de Almoxarifado, Farmácia e Transporte e disponibilizar os recursos materiais necessários às ações de emergência, bem como acionar o departamentos de Compras.	Secretário de Saúde Roberto Correa de Mello Sônia Nesi
Acionar os Departamentos de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Agentes de Endemias e Ações Programáticas.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Agente de Endemias
Articular ações intersetoriais para o recolhimento dos materiais eliminados pela população, com a destinação adequada, de forma que não permaneçam em via pública ou terrenos baldios e permitam a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Agente de Endemias. Secretaria de Obras Thaise Serighelli
Intensificar a Vigilância e controle de doenças transmissíveis (doenças diarreicas agudas - DDA, Leptospirose, Hepatite A, Doenças de transmissão respiratória, Tétano acidental, Doenças transmitidas por vetores).	Agente de Endemias. Vigilância Epidemiológica

Atendimento de denúncias de transferência ou reaproveitamento de alimentos e medicamentos impróprios ao consumo.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
Aumentar o plano de amostragem da em ralação a coleta de amostras para análise de água.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
Atendimento de denúncias em decorrência de locais com água parada, favorecendo a proliferação do *Aedes aegypti*.	Agente de Endemias Thaise Serighelli Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
Realizar inspeções sanitárias para o controle ambiental do *Aedes aegypti*.	Thaise Serighelli Agente de Endemias. Agentes Comunitários de Saúde
Prover atendimento adequado nas Unidades de Urgência e Emergência, Hospital Beneficente São Roque e Unidade Básica de Saúde dentro da capacidade atual.	Presidente do Hospital Secretário de Saúde Juliana Serighelli
Atendimento pré-hospitalar que deverá ser realizado em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar, instalado no município de Salto Veloso e a Superintendência de Operações da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil.	Secretário de Saúde Corpo de Bombeiros
Caberá a Secretaria Municipal de Arroio Trinta o atendimento médico de urgência e emergência, bem como, o encaminhamento ao outros hospitais caso seja necessário.	Secretário de Saúde Juliana Serighelli

	Solicitar ao Vigidesastres/SC, kit de medicamentos e insumos estratégicos, para encaminhamento ao Ministério da Saúde, conforme Nota Técnica Conjunta Nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC.	Roberto Correa de Mello Assistência Farmacêutica Fernando Andre Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Fornecimento de Hipoclorito de sódio 2,5% para casos de falta de água potável, e higienização dos alimentos.	Fernando Andre Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Manter um registro consolidado e atualizado com dados objetivos sobre danos humanos e materiais de interesse sanitário para prestar informações e preparar informes às autoridades competentes.	Fernando Andre Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Orientação para as pessoas que retornam a suas residências e procedem à limpeza e remoção da lama e outros detritos, é necessário eliminar todos os locais que tenham acumulado água.	Secretário de Saúde Agentes de Endemias Thaise Nesi Serighelli
	Subsidiar o COE com boletins informativos sobre a emergência (Se o COE saúde for instalado e à depender do tipo de evento).	COE Secretário de Saúde

5.2.3 Recuperação

Quadro 06 – Recuperação

Recuperação	Ações ENXURRADAS E CHUVAS INTENSAS	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Desenvolvimento de ações de vigilância de forma articulada e sistemática com outros serviços na avaliação dos fatores de risco ambiental com impacto na saúde humana.	Fernando Andre Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Sensibilizar os gestores e lideranças comunitárias para a adoção de medidas corretivas ou de recuperação, com vistas ao retorno à normalidade ou à melhoria da situação anterior.	Secretário de Saúde Juliana Serighelli
	Fiscalização, orientação e controle dos processos de reabilitação dos serviços essenciais de abastecimento de água para consumo humano.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Avaliação da qualidade das águas de rios e outros cursos d'água eventualmente atingidos pela extravazão de produtos químicos ou biológicos durante as inundações.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)
	Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas diferentes instituições públicas com vistas ao retorno das condições de vida da comunidade e das instalações de saúde afetadas à normalidade.	Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres) Secretário de Saúde Juliana Serighelli

	Realizar reuniões com toda equipe técnica, com objetivo de avaliar a atuação na preparação e resposta aos desastres ocorridos com base nas LIÇÕES APRENDIDAS, e com base nessas, revisar e adequar o plano de preparação e resposta, os protocolos e procedimentos necessários.	Secretário de Saúde Juliana Serighelli Fernando André Manenti (ponto focal Vigidesastres)

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde, o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para

composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 07– Lista de representantes da SMS

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	**Telefone**	**e-mail**
Fernando André Manenti – Vigilância Sanitária (ponto focal Vigidesastres)	49-35356408	fermanenti@gmail.com
Paulo Renato de Moraes (Secretário de Saúde)	49-35356416	paulousbat@gmail.com
Juliana Serighelli (Diretora de Saúde)	49-35356407	juserighelli@gmail.com
Thaise Nesi Serighelli (Enfermeira ESF-coordenadora program da Dengue)	49-353564015	Thaisenesi@hotmail.com
Roberto Correa de Mello (bioquimico)	49-35356402	betosami@hotmail.com
Sonia Nesi (Assistência Farmacêutica)	49-35356402	Sonia.nesi@hotmail.com

7. Informações à população

A redução de danos e agravos à saúde durante a ocorrência de eventos adversos provocados por enxurradas, chuvas intensas e vendavais é muito mais efetiva quando é utilizada a comunicação na sua melhor forma para divulgar as instruções relativas aos procedimentos de controle de doenças e agravos à saúde pública que se verificam nessas situações.

É importante destacar que, sem informações não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças, avaliar os riscos à saúde ou responder adequadamente a um desastre.

Dessa forma o setor saúde utilizará nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, como: mídias sociais, informativos, reuniões com a população, bem como, todos os recursos disponíveis, tanto para alertas antecipados internos sobre eventos adversos, destinados à mobilização de suas equipes, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções ao corpo técnico e à população para controle de surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica nas diferentes fases do evento.

8. Capacitações

Ao finalizar a elaboração dos Planos Municipais de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES, as equipes técnicas do município serão capacitadas pela Vigilância Sanitária (ponto focal vigidesastres), bem como por intermédio da Gerência em Saúde Ambiental do estado (Vigidesastres Estadual) em conjunto com a área competente da Defesa Civil/SC.

9. Referências

ATUALIZAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DO MUNCIPIO DE ARROIO TRINTA. 2023.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – 2018. Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações. Arroio Trinta – SC.

EXPERIÊNCIA VIVIDA NAS SALAS DE SITUAÇÃO LOCAIS E NACIONAL DURANTE ATUAÇÃO NO VIGIDESASTRES/MS. 2023.

PLANO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA – VIGIDESASTRES MÓDULO INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE SOLO – 2018. MUNICIPIO DE OURO –SC.
Disponível em: http://antigo.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/phocadownload/vigidesastre/Planos_munic_emerg_saude_publica/Ouro/plano%20inundaes%20ouro%20pronto.pdf

GESTÃO LOCAL DE DESASTRES NATURAIS PARA A ATENÇÃO BÁSICA
Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/37492/Curso%20AB.pdf;jsessionid=BA99500C438C2EF9B3FCFDD864D7C01C?sequence=2

PLANO NACIONAL DE EMERGENCIAS EM SAÚDE PÚBLIA – 2011. Guia de Preparação e respostas aos desastres associados a inundações para gestão municipal do sistema Único de Saúde.
Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_preparacao_resposta_desastre_inundacoes_gestao_municipal_SUS.pdf

Anexos

Anexo I - Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Escavadeira Hidráulica	02	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Retroescavadeira	02	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Caminhão Caçamba	03	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Caminhão Tanque	02	Secretaria de Infraestrutura e Obras

Anexo II - Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Vigilância Sanitária	Fernando André Manenti (ponto focal vigidesastres)	49-9.9917-1649
Sec. de Saúde	Paulo Renato de Moraes	49-9.9925-1178
Sec. de Infraestrutura e Obras	Joarez Lidani	49-9.9913-2536
Sec. de Educação	Eroni Aoarecida Schuller Biava	49-9.9922-1260
Sec. de Assistencia Social	Fabiana Hoeltgebaum	49-9.9914-9519
Sec. de Urbanismo	Weliton Godinho	49-9.9921-1238
Policia Militar	3º Sargento Leonardo Rafael Rambusch da Silva	49-9.9860-4918